



Indicadores de Belo Monte

Fiscalização Ambiental

Número de denúncias recebidas pelo IBAMA - Regional Xingu

Não há dados disponíveis.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Fiscalização Ambiental

Indicador: Crimes ambientais

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Descrição:

Apresenta o número de denúncias de violações ambientais ocorridas nos municípios do PDRSX, recebidas pelo IBAMA - Regional Xingu.

Justificativa:

As denúncias de crimes ambientais podem indicar a quantidade de violações no uso dos recursos naturais, dado importante para composição das análises sobre a política ambiental na região, planejamento e busca por estratégias de atuação.

Número de denúncias recebidas pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMA) - Unidade Xingu

Denúncias

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Número de denúncias recebidas pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMA) - Unidade Xingu**Altamira**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	7	9	19	15	10	1

Anapu

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	4	2	2	3	1	2

Brasil Novo

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	0	0	4	3	0	0

Medicilândia

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	0	0	2	1	2	0

Pacajá

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	0	1	1	0	1	0

Placas

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	0	0	1	0	3	0

Porto de Moz

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	0	0	0	0	1	0

Senador José Porfírio

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	0	2	3	1	2	0

Uruará

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	2	2	5	2	2	1

Vitória do Xingu

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Denúncias	2	0	3	0	1	1

Tema: Fiscalização Ambiental**Subtema:** Fiscalização Ambiental**Indicador:** Crimes ambientais**Cobertura:** Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu**Fontes:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) do Pará – Unidade Regional Xingu em Altamira**Palavras-chave:** Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu, Município de Altamira e conservação ambiental**Descrição:**

Apresenta o número de denúncias de crimes ambientais recebidas pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMA) - Unidade Xingu

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMA) - Unidade Xingu em Altamira

Justificativa:

As denúncias de crimes ambientais podem indicar a quantidade de violações no uso dos recursos naturais, dado importante para composição das análises sobre a política ambiental para a região, planejamento e busca por estratégias de atuação.

Número de veículos de apoio por tipo

Motocicleta

'undefined' is not a function x

Loading...

Automóvel

'undefined' is not a function x

Loading...

Voadeira

'undefined' is not a function x

Loading...

Número de veículos de apoio por tipo

Altamira

	2015
Motocicleta	1
Automóvel	4
Voadeira	ND

Anapu

	2015
Motocicleta	ND
Automóvel	ND
Voadeira	ND

Brasil Novo

	2015
Motocicleta	1
Automóvel	5
Voadeira	ND

Senador José Porfírio

	2015
Motocicleta	4
Automóvel	1
Voadeira	ND

Vitória do Xingu

	2015
Motocicleta	4
Automóvel	4
Voadeira	3

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Recursos Humanos e Infraestrutura

Indicador: Recursos humanos e equipamentos nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu

Fontes: Secretaria municipal de meio ambiente de Brasil Novo , Secretaria de meio ambiente e turismo de Altamira (SEMAT) , Secretaria de meio ambiente e turismo de Senador José Porfírio (SEMAT) e Secretaria de meio ambiente e turismo de Vitória do Xingu (SEMAT)

Descrição:

Métrica apresenta número de veículos de apoio por tipo, para os municípios da Área de Influência Direta da UHE Belo Monte.

Observações:

ND: Não disponível

Como coletar:

Entrar em contato com as secretarias municipais de meio ambiente.

Justificativa:

Equipar as secretarias municipais de meio ambiente é importante etapa que compõe o processo de descentralização da gestão ambiental. Os municípios para realizarem atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização, necessitam de equipamentos e infraestrutura. Monitorar os veículos de apoio pode contribuir para a avaliação da capacidade institucional para efetivação das responsabilidades transferidas às secretarias.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: Número de veículos

Número de funcionários

Efetivos

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Temporários

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Total

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Número de funcionários

Altamira

	2015
Efetivos	13
Temporários	25
Total	38

Anapu

	2015
Efetivos	ND
Temporários	ND
Total	14

Brasil Novo

	2015
Efetivos	2
Temporários	10
Total	12

Gurupá

	2015
Efetivos	ND
Temporários	ND
Total	ND

Medicilândia

	2015
Efetivos	2
Temporários	ND
Total	2

Pacajá

	2015
Efetivos	ND
Temporários	ND
Total	ND

Placas

	2015
Efetivos	ND
Temporários	ND
Total	ND

Porto de Moz

	2015
Efetivos	ND
Temporários	ND
Total	ND

Senador José Porfírio

	2015
Efetivos	ND
Temporários	ND
Total	12

Uruará

	2015
Efetivos	ND
Temporários	ND
Total	10

Vitória do Xingu

	2015
Efetivos	ND
Temporários	ND
Total	ND

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Recursos Humanos e Infraestrutura

Indicador: Recursos humanos e equipamentos nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

Fontes: Programa Municípios Verdes – Governo do Estado do Pará

Palavras-chave: Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu, Município de Altamira e Administração Pública Local

Descrição:

Apresenta o número de funcionários nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente

Como coletar:

No site do Programa Municípios Verdes; (1) Buscar pelo município de seu interesse na [Ficha de resumo por município]; (2) Em seguida procurar por Número de Funcionários no item [META 7: Possuir Sistema e Órgão Municipal de Meio Ambiente Estruturados]; (3) Repetir a operação para os demais municípios.

Justificativa:

A estruturação de secretarias municipais de meio ambiente é etapa importante para a efetividade das políticas de descentralização da gestão. A capacidade institucional passa também pelo número de funcionários aptos à desenvolver as atividades de responsabilidade das secretarias, de forma que acompanhar o dado contribui para avaliações sobre a política, bem identificação de avanços e gargalos na mesma.

Licenciamento ambiental de atividades de impacto local

Licença Prévia

'undefined' is not a function x

Loading...

Licença de Instalação

'undefined' is not a function x

Loading...

Licença de Operação

'undefined' is not a function x

Loading...

Licenciamento ambiental de atividades de impacto local¹

Altamira

	2014	2015
Licença Prévia	ND	135
Licença de Instalação	ND	142
Licença de Operação	ND	504

Brasil Novo

	2014	2015
Licença Prévia	38	7
Licença de Instalação	17	14
Licença de Operação	7	8

Senador José Porfírio

	2014	2015
Licença Prévia	ND	1
Licença de Instalação	ND	10
Licença de Operação	ND	35

Vitória do Xingu

	2014	2015
Licença Prévia	1	ND
Licença de Instalação	9	ND
Licença de Operação	59	5

1 - NOTA TÉCNICA - 2015

Segundo a legislação ambiental brasileira, os municípios habilitados à gestão ambiental podem realizar o licenciamento de atividades cujo impacto seja considerado local, podendo emitir as seguintes licenças: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Licenciamento ambiental

Indicador: Licenciamento ambiental

Cobertura: Altamira, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu

Fontes: Secretaria municipal de meio ambiente de Brasil Novo, Secretaria de meio ambiente e turismo de Altamira (SEMAT), Secretaria de meio ambiente e turismo de Senador José Porfírio (SEMAT) e Secretaria de meio ambiente e turismo de Vitória do Xingu (SEMAT)

Palavras-chave: Administração Pública Local, Área de Influência Direta (AID), Município de Altamira, Município de Anapu, Município de Brasil Novo, Município de Vitória do Xingu e conservação ambiental

Descrição:

Apresenta o número de licenças por tipo emitidas pelas secretarias municipais de meio ambiente.

Como coletar:

Entrar em contato com as secretarias municipais de meio ambiente.

Justificativa:

Acompanhar o trabalho de licenciamento realizado pelas prefeituras permite avaliar a efetividade da política de descentralização da gestão ambiental, bem como identificar avanços e gargalos no trabalho destas secretarias.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: Em número de licenças

Área Cadastrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Km2

'undefined' is not a function ✖

Loading...

% da área do município

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Área Cadastrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Altamira

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	13104,63	20309,5
% da área do município	80	64,77	12,73

Anapu

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	4987,02	6462,67
% da área do município	80	77,44	54,33

Brasil Novo

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	4149,68	4780,12
% da área do município	80	86,88	75,13

Gurupá

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	4309,01	5799,54
% da área do município	80	73,93	67,91

Medicilândia

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	6859,86	7945,08
% da área do município	80	86,42	96,91

Pacajá

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	10021,33	11787,83
% da área do município	80	85,05	99,62

Placas

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	4480,77	5664,23
% da área do município	80	79,25	78,96

Porto de Moz

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	1557,78	3143,74
% da área do município	80	49,73	18,04

Senador José Porfírio

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	3561,10	4688,44
% da área do município	80	76,02	32,62

Uruará

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	7604,62	9825,96
% da área do município	80	77,57	91,05

Vitória do Xingu

	Meta (Jun/2013)	Área Cadastrada (Out/2015)	Área Cadastrável
Km2	ND	1783,26	2844,21
% da área do município	80	63,82	90,72

Tema: Fiscalização Ambiental**Subtema:** Licenciamento ambiental**Indicador:** Licenciamento ambiental**Cobertura:** Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu**Fontes:** Programa Municípios Verdes – Governo do Estado do Pará**Descrição:**

Apresenta a área cadastrada do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o percentual da área cadastrada no município.

Como coletar:

No página web do Programa Municípios Verdes (<http://municipiosverdes.com.br>); (1) Procurar pela [Ficha de resumo por município]; (2) Selecionar o município de seu interesse; (3) Procurar pelo tema [Cadastrado Ambiental Rural]. Repertir ação para os demais municípios envolvidos na busca.

Justificativa:

O CAR é um importante instrumento de regularização ambiental das propriedades rurais. Acompanhar seu avanço permite avaliar o desenvolvimento da política e formular estratégias para sua implementação.

Unidade temporal: Ano

Municípios habilitados para gestão ambiental compartilhada

Municípios	Habilitação
Altamira	Sim
Anapu	Sim
Brasil Novo	Sim
Medicilândia	Não
Pacajá	Sim
Placas	Sim
Porto de Móz	Não
Senador José Porfírio	Sim
Uruará	Sim
Vitória do Xingu	Sim

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Licenciamento ambiental

Indicador: Licenciamento ambiental

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) do Pará – Unidade Regional Xingu em Altamira

Palavras-chave: Administração Pública Local, conservação ambiental, Município de Altamira, Município de Anapu, Município de Brasil Novo, Município de Gurupá, Município de Medicilândia, Município de Pacajá, Município de Placas, Município de Porto de Moz, Município de Senador José Porfírio, Município de Uruará, Município de Vitória do Xingu, Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AI)

Descrição:

Apresenta a situação de habilitação do município para gestão ambiental compartilhada, identificando entre sim ou não

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMA) - Unidade Xingu em Altamira

Justificativa:

A descentralização da gestão ambiental segue as determinações da Constituição e do CONAMA, em que para a gestão compartilhada do uso de recursos naturais definem-se atribuições e responsabilidades de cada nível de governo. Os municípios assumem responsabilidades, entre outras, no licenciamento de atividades de impacto local e fiscalização ambiental.

Autorização de Exploração Florestal (AUTEF)

AUTEF

'undefined' is not a function ✕

Loading...

Autorização de Exploração Florestal (AUTEF)

Altamira

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
AUTEF	11	3	3	2	1	0

Anapu

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
AUTEF	21	4	3	5	0	2

Brasil Novo

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
AUTEF	3	1	0	0	0	0

Senador José Porfírio

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
AUTEF	2	0	0	0	0	0

Vitória do Xingu

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
AUTEF	6	1	2	2	0	0

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Licenciamento ambiental

Indicador: Licenciamento ambiental

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu

Fontes: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMÁS) do Pará

Descrição:

Apresenta o número de autuações por tipo, realizadas pelas prefeituras municipais da Área de Influência Direta da UHE Belo Monte.

Como coletar:

No site do SINLAM Público (<http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/index.htm>); (1) Clicar em [Licenciamento]; (2) Clicar em [Listar LAR e AUTEF]; (3) Digitar o nome do município de seu interesse; (4) Fazer a contagem do número de autorizações emitidas, identificando o ano da autorização; (5) Repetir a operação para os demais municípios de seu interesse.

Justificativa:

Monitorar as autorizações para exploração florestal - AUTEF permite dimensionar a cadeia produtiva madeireira legal na região, bem como estimar a importância da atividade madeireira para a economia dos municípios.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: Em número de autorizações

Licença de atividade rural (LAR)

LAR

'undefined' is not a function ✕

Loading...

Licença de atividade rural (LAR)

Altamira

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LAR	11	5	3	2	1	0

Anapu

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LAR	16	5	3	5	1	2

Brasil Novo

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LAR	5	1	0	0	1	2

Senador José Porfírio

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LAR	2	1	0	0	1	0

Vitória do Xingu

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LAR	7	2	1	1	0	0

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Licenciamento ambiental

Indicador: Licenciamento ambiental

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu

Fontes: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Pará

Palavras-chave: Administração Pública Local, Área de Influência Direta (AID), Área de Influência Indireta (AII), conservação ambiental, Município de Altamira, Município de Anapu, Município de Brasil Novo, Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu, Rural e situação fundiária

Descrição:

Apresenta o número de Licenças de Atividade Rural - LAR emitidas, por município da Área de Influência Direta da UHE Belo Monte.

Como coletar:

No site do SINLAM Público (<http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/index.htm>); (1) Clicar em [Licenciamento]; (2) Clicar em [Listar LAR e

AUTEF]; (3) Digitar o nome do município de seu interesse; (4) Fazer a contagem do número de licenças emitidas, identificando o ano da licença; (5) Repetir a operação para os demais municípios de seu interesse.

Justificativa:

A LAR é uma etapa importante para o licenciamento ambiental rural. O número de licenças emitidas pode contribuir para avaliação da efetividade das políticas de licenciamento e regularização ambiental na região.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: Em número de licenças

Taxa de desmatamento

Taxa (%)

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Área (km2)

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Taxa de desmatamento¹

Altamira

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	2,88	0,42	0,34	0,18	0,23	0,21	0,25	0,12	0,15	0,14	0,19	0,18			ND
Área (km2)	4602,7	678,0	539,4	286,5	369,2	341,0	391,2	196,1	238,3	229,9	296,0	293,9			159540

Anapu

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	11	1,52	1,13	1,15	0,69	0,62	ND	0,65	1,46	0,14	0,16	0,27			ND
Área (km2)	1316,8	181,4	134,0	136,8	81,8	74,3	ND	77,5	173,6	16,3	19,1	31,8			11910

Brasil Novo

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	33,51	0,93	2,31	0,26	1,76	0,27	0,92	0,79	0,62	0,14	0,49	0,14			ND
Área (km2)	2134,1	59,5	147,4	16,5	112,3	17,5	58,3	50,0	39,4	9,0	31,5	8,8			6368

Gurupá

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	0,98	0,04	0,05	0,02	0,01	0,04	0,07	0,07	0,01	0,04	1,29	0,02			ND
Área (km2)	84,0	3,5	3,9	1,8	0,7	3,6	5,6	6,2	0,6	3,4	110,3	1,8			8550

Medicilândia

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	19,62	1,02	0,48	0,11	1,73	0,34	0,67	0,57	0,35	0,26	0,45	0,20			ND
Área (km2)	1623,1	84,0	39,6	8,7	143,2	27,9	55,2	47,0	28,7	21,2	37,3	16,8			8272

Pacajá

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	31,02	2,21	2,36	1,80	1,42	2,20	0,85	2,32	1,56	0,29	0,25	0,66			ND
Área (km2)	3675,9	261,9	279,7	213,4	168,1	261,2	101,2	275,4	184,5	34,2	29,9	78,4			11851

Placas

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	19,55	1,01	0,45	0,93	0,88	1,20	0,55	0,78	0,55	1,12	0,34	0,74			ND
Área (km2)	1402,3	72,7	32,5	66,5	63,4	86,4	39,8	56,3	39,7	80,2	24,7	53,4			7173

Porto de Moz

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	3,61	0,63	0,77	0,11	0,32	0,13	0,31	0,18	0,11	0,11	0,09	0,12			ND
Área (km2)	629,8	110,6	133,4	19,4	54,9	22,3	54,2	31,3	19,1	20,0	16,1	21,5			17427

Senador José Porfírio

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	3,33	0,58	0,39	0,29	0,42	0,10	0,03	0,20	0,50	0,13	0,10	0,18			ND
Área (km2)	479,4	83,8	56,3	41,1	59,8	14,8	3,6	28,6	72,4	19,0	14,5	25,4			14389

Uruará

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	22,44	1,11	1,08	0,86	1,42	0,85	0,92	0,64	0,36	0,49	0,43	0,14			ND
Área (km2)	2422,0	119,8	116,2	93,1	153,5	91,5	99,7	69,5	38,7	52,5	46,8	14,7			10794

Vitória do Xingu

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Área Total
Taxa (%)	54,84	1,75	1,67	1,18	0,38	0,34	0,05	0,31	1,65	0,17	0,30	0,54			ND
Área (km2)	1719,7	54,9	52,5	37,0	11,8	10,7	1,6	9,8	51,8	5,3	9,4	16,9			3136

1 - ND: não disponível

Os dados apresentados no ano de 2003 correspondem ao total da área desmatada até o final deste ano. Os demais anos apresentam o incremento ao desmatamento em cada município.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Desmatamento

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz e Uruará

Fontes: Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE)

Descrição:

Apresenta dados anuais sobre o incremento ao desmatamento em km² por municípios do PDRSX.

Como coletar:

No site do PRODES-INPE (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>); (1) Selecionar nas opções de busca o Estado de seu interesse; (2) Selecionar o ano de seu interesse; (3) Ordenar a busca por [Incremento ao Desmatamento]; (4) Clicar em listar para obter as informações buscadas.

Justificativa:

Acompanhar a situação do desmatamento nos municípios do PDRSX permite avaliar a eficácia dos esforços na contenção do desmatamento na região.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: km²

Situação dos municípios de acordo com o Programa Municípios Verdes (PMV)

Situação dos municípios de acordo ao PMV	
Município	Situação em Agosto/2015
Altamira	Embargado
Anapú	Embargado
Brasil Novo	Município Verde
Gurupá	Sob Pressão
Medicilândia	Sob Pressão
Pacajá	Embargado
Placas	Sob Pressão
Porto de Moz	Florestal
Senador José Porfírio	Embargado
Uruará	Sob Pressão
Vitória do Xingu	Consolidado

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Desmatamento

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

Fontes: Programa Municípios Verdes – Governo do Estado do Pará

Palavras-chave: conservação ambiental, Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

Apresenta a situação do município de acordo com o Programa Municípios Verdes (Município Verde, Florestal, Sob Pressão, Embargado, Consolidado)

Como coletar:

No site do Programa Municípios Verdes; (1) Buscar pelo município de seu interesse na [Ficha de resumo por município]; (2) Ao lado do nome do município consta a informação; (3) Repetir a operação para os demais municípios.

Justificativa:

A situação dos municípios de acordo ao PMV é um indicador do compromisso destes com a contenção do desmatamento e sucesso nas ações e metas pactuadas.

Área dos Remanescentes Florestais

Área Remanescente (km²)

'undefined' is not a function ✖

Loading...

% do território municipal

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Área dos Remanescentes Florestais

Altamira

	2011
Área Remanescente (km ²)	145537,70
% do território municipal	91,23

Anapu

	2011
Área Remanescente (km ²)	9487,30
% do território municipal	79,76

Brasil Novo

	2011
Área Remanescente (km ²)	3785,30
% do território municipal	59,49

Gurupá

	2011
Área Remanescente (km ²)	1835,60
% do território municipal	21,49

Medicilândia

	2011
Área Remanescente (km ²)	6258,70
% do território municipal	75,66

Pacajá

	2011
Área Remanescente (km ²)	6673,50
% do território municipal	56,40

Placas

	2011
Área Remanescente (km ²)	4126,20
% do território municipal	57,52

Porto de Moz

	2011
Área Remanescente (km ²)	8117,30
% do território municipal	46,59

Senador José Porfírio

	2011
Área Remanescente (km ²)	13109,90
% do território municipal	91,2

Uruará

	2011
Área Remanescente (km ²)	7453,40
% do território municipal	69,07

Vitória do Xingu

	2011
Área Remanescente (km ²)	1013,30
% do território municipal	32,32

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Desmatamento

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

Fontes: Programa Municípios Verdes – Governo do Estado do Pará e Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE)

Palavras-chave: Área de Influência Indireta (AII), conservação ambiental, Rural, Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Área indígena Ituna-itata,

Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

Apresenta a área dos remanescentes florestais em km2 por município do PDRSX.

Como coletar:

No site do Programa Municípios Verdes; (1) Buscar pelo município de seu interesse na [Ficha de resumo por município]; (2) Em seguida procurar pela "Área dos Remanescentes Florestais" no ítem [Caraterização geral]; (3) Repetir a operação para os demais municípios.

Justificativa:

Grande parte dos municípios do PDRSX conta com expressiva área florestada, parte dela não destinada, parte integrando áreas protegidas e parte como reserva legal de propriedades rurais. Acompanhar a evolução das áreas remanescentes contribui no monitoramento da efetividade das ações de contenção do desmatamento na região.

Área ocupada por assentamentos

Área Total (km²)

'undefined' is not a function ✖

Loading...

% do território municipal

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Área ocupada por assentamentos

Altamira

	2015
Área Total (km²)	3085,77
% do território municipal	1,93

Anapu

	2015
Área Total (km²)	1352,99
% do território municipal	11,37

Brasil Novo

	2015
Área Total (km²)	894,02
% do território municipal	14,05

Gurupá

	2015
Área Total (km²)	156,44
% do território municipal	1,83

Medicilândia

	2015
Área Total (km²)	4633,19
% do território municipal	56,01

Pacajá

	2015
Área Total (km²)	1712,71
% do território municipal	14,47

Placas

	2015
Área Total (km²)	2599,91
% do território municipal	36,24

Porto de Moz

	2015
Área Total (km²)	295,09
% do território municipal	1,69

Senador José Porfírio

	2015
Área Total (km²)	1274,65
% do território municipal	8,87

Uruará

	2015
Área Total (km²)	3635,98
% do território municipal	33,69

Vitória do Xingu

	2015
Área Total (km²)	4,21
% do território municipal	0,13

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Desmatamento

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

Fontes: Programa Municípios Verdes – Governo do Estado do Pará

Palavras-chave: conservação ambiental, Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

Apresenta a área ocupada por assentamentos humanos em km2 por município do PDRSX.

Como coletar:

No site do Programa Municípios Verdes; (1) Buscar pelo município de seu interesse na [Ficha de resumo por município]; (2) Em seguida procurar pela "Área de Assentamentos" no ítem [Caraterização geral]; (3) Repetir a operação para os demais municípios.

Justificativa:

A ocupação de áreas para assentamentos humanos é um vetor importante de desmatamento. A pressão sobre a floresta para abertura de lotes e implantação de áreas produtivas é uma constante na região do PDRSX e deve ser monitorada por contribuir na avaliação da efetividade de ações de controle do desmatamento na região.

Produtores certificados para comercialização de madeira legal e volume produzido

Não há dados disponíveis.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Produção de madeira

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Descrição:

Apresenta o total dos produtores certificados para comercialização de madeira legal e o volume produzido por estes, nos municípios do PDRSX.

Justificativa:

A métrica contribui para a caracterização e dimensionamento das atividades que compõem cadeia madeireira na região do PDRSX.

Extração de madeira em tora

Extração

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Extração de madeira em tora

Altamira

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	165198	343857	240699	168489	202820	220046	80662	50630

Anapu

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	35400	38550	214000	160500	128400	121000	159489	67984

Brasil Novo

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	10608	22600	15497	12390	13467	10446	8798	5606

Gurupá

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	157734	132400	126500	101200	91080	77418	78966	80545

Medicilândia

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	18150	14520	11850	10784	9815	9618	18870	13102

Pacajá

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	20000	15000	13000	9500	252000	72000	90980	72000

Placas

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	17700	18800	11000	10500	10200	11000	28528	30056

Porto de Moz

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	176143	149721	105220	42088	33670	30100	31605	22063

Senador José Porfírio

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	125000	150000	45000	46279	44816	43200	50423	17759

Uruará

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	61050	59160	108000	198000	198208	192254	75774	71239

Vitória do Xingu

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extração	2430	1944	1225	1100	1205	1145	3273	11991

Tema: Fiscalização Ambiental**Subtema:** Conservação Ambiental**Indicador:** Produção de madeira**Cobertura:** Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu**Fontes:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**Palavras-chave:** Economia, conservação ambiental, Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira**Descrição:**

Apresenta o total do volume produzido de madeira em tora por município do PRDSX.

Observações:

ND: Não Disponível

Como coletar:

No site do SIDRA/IBGE; (1) Clicar em [Território]; (2) Clicar em [Procurar]; (3) Buscar pelo município de seu interesse; (4) Clicar no nome do município; (4) Clicar em [Veja os dados disponíveis no Banco de Dados Agregados]; (5) Clicar em [Estatísticas econômicas setoriais - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura]; (6) Clicar em [Quantidade produzida na extração vegetal]; (7) Clicar em [Tabela 289 - Quantidade produzida na extração vegetal, por tipo de produto extrativo]; (8) Aplicar o filtro de seu interesse; (9) Clicar em [OK] para gerar a tabela.

Justificativa:

O volume da produção madeireira é relevante para o dimensionamento da importância econômica da cadeia madeireira na região e permite o monitoramento da evolução da produção legal de madeira nos municípios do PDRSX.

Número de trabalhadores no setor madeireiro

Trabalhadores

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Número de trabalhadores no setor madeireiro

Altamira

	2002-2007	2008-2010	2011-2015
Trabalhadores	8000	3000	500

Anapu

	2002-2007	2008-2010	2011-2015
Trabalhadores	2000	1000	800

Brasil Novo

	2002-2007	2008-2010	2011-2015
Trabalhadores	300	200	150

Medicilândia

	2002-2007	2008-2010	2011-2015
Trabalhadores	200	100	80

Senador José Porfírio

	2002-2007	2008-2010	2011-2015
Trabalhadores	400	280	200

Uruará

	2002-2007	2008-2010	2011-2015
Trabalhadores	8000	1000	1500

Vitória do Xingu

	2002-2007	2008-2010	2011-2015
Trabalhadores	30	ND	ND

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Produção de madeira

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

Fontes: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira, de Construção Civil e do Mobiliário de Altamira e Região (SINTICMA)

Palavras-chave: Economia, conservação ambiental, Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Medicilândia, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

Apresenta o número de trabalhadores no setor madeireiro para os municípios do PDRSX.

Como coletar:

Entrar em contato com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira, de Construção Civil e do Mobiliário de Altamira e Região (SINTICMA)

Justificativa:

Monitorar o número de trabalhadores no setor madeireiro permite avaliar a importância do setor na geração de empregos na região, além de indicar crescimento ou redução das atividades do mesmo. É elemento importante a ser integrado nas políticas de contenção do desmatamento, uma vez que os trabalhadores do setor, ao perderem postos de trabalho com a redução das atividades madeireira, deverão ser incorporados em novas atividades econômicas.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: Em número de trabalhadores

Valor da produção de madeira em tora

Valor

'undefined' is not a function ✕

Loading...

Valor da produção de madeira em tora

Altamira

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	14868	30947	28884	20219	26367	33007	12906	9923

Anapu

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	3894	3470	21400	17655	16050	15125	25997	13121

Brasil Novo

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	955	1944	1550	1487	1616	1462	1311	1233

Gurupá

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	15458	10592	10753	8906	8197	7664	7974	8216

Medicilândia

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	1724	1307	1304	1294	1276	1395	3699	3000

Pacajá

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	2000	1275	1300	1140	32760	9360	12919	15264

Placas

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	1628	2444	1595	1575	1581	1760	4612	5213

Porto de Moz

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	20256	13475	9680	3998	3266	3612	3982	2824

Senador José Porfírio

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	13750	12750	4500	5091	5378	6480	9076	3392

Uruará

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	5800	5324	12960	25740	25767	27877	15155	15673

Vitória do Xingu

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	219	175	147	132	145	160	465	2314

Tema: Fiscalização Ambiental**Subtema:** Conservação Ambiental**Indicador:** Produção de madeira**Cobertura:** Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu**Fontes:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**Palavras-chave:** Economia, conservação ambiental, Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira**Descrição:**

Apresenta o total do valor da produção de madeira em tora por município do PDRSX.

Como coletar:

No site do SIDRA/IBGE; (1) Clicar em [Território]; (2) Clicar em [Procurar]; (3) Buscar pelo município de seu interesse; (4) Clicar no nome do município; (4) Clicar em [Veja os dados disponíveis no Banco de Dados Agregados]; (5) Clicar em [Estatísticas econômicas setoriais - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura]; (6) Clicar em [Quantidade produzida na extração vegetal]; (7) Clicar em [Tabela 289 - Quantidade produzida na extração vegetal, por tipo de produto extrativo]; (8) Aplicar o filtro de seu interesse; (9) Clicar em [OK] para gerar a tabela.

Justificativa:

Os ganhos em reais possibilitados pela produção madeireira são relevantes para o dimensionamento da importância econômica da cadeia madeireira na região e permite o monitoramento do evolução da produção legal de madeira nos municípios do PDRSX.

Unidade temporal: Ano**Unidade do dado:** Em mil reais



Total da área protegida

Área Total (km²)

'undefined' is not a function ✖

Loading...

% do território municipal

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Total da área protegida

Altamira

	2012
Área Total (km²)	143613,6
% do território municipal	90,02

Anapu

	2012
Área Total (km²)	5139,45
% do território municipal	43,21

Brasil Novo

	2012
Área Total (km²)	1556,38
% do território municipal	24,46

Gurupá

	2012
Área Total (km²)	1427,88
% do território municipal	16,72

Medicilândia

	2012
Área Total (km²)	302,46
% do território municipal	3,66

Pacajá

	2012
Área Total (km²)	1,3
% do território municipal	0,01

Placas

	2012
Área Total (km²)	1481,87
% do território municipal	20,66

Porto de Moz

	2012
Área Total (km²)	12952,33
% do território municipal	74,34

Senador José Porfírio

	2012
Área Total (km²)	9225,92
% do território municipal	64,18

Uruará

	2012
Área Total (km²)	929,72
% do território municipal	8,62

Vitória do Xingu

	2012
Área Total (km²)	39,78
% do território municipal	1,27

Tema: Fiscalização Ambiental**Subtema:** Conservação Ambiental**Indicador:** Áreas protegidas**Cobertura:** Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu**Fontes:** Instituto Socioambiental (ISA) e Programa Municípios Verdes – Governo do Estado do Pará**Palavras-chave:** conservação ambiental, Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

Apresenta o total da área protegida em km2 nos municípios do PDRSX.

Como coletar:

No site do Programa Municípios Verdes; (1) Buscar pelo município de seu interesse na [Ficha de resumo por município]; (2) Em seguida procurar pela "Área Protegida" no ítem [Caraterização geral]; (3) Repetir a operação para os demais municípios.

Justificativa:

Monitorar a área total protegida nos municípios permite, no longo prazo, acompanhar a criação de novas áreas de proteção ou redução das áreas existentes.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: km2

Estágio do processo de regularização, por TI

Etapas no processo de regularização, por Terra Indígena (TI), por data de publicação no Diário Oficial												
TI	Em estudo	Evidência	Delimitada	Evidência	Declarada	Evidência	Demarcada	Evidência	Homologada	Evidência	Registro	Evidência
Terra Indígena Apyterewa	1988	Portaria nº 720/88	2003	Despacho (aprovação de relatório) - 09/06/2003	2006	Portaria nº 2581 - 21/09/2004	n/d	n/d	2007	Decreto Homologação 19/04/2007	2007	Reg. CRI em São Félix do Xingu Matr.n.3.291, Lv 2-R, Fls 094v em 08/05/07; Reg no SPU certidão s/n em 14/10/2008
Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu	2004	Portaria nº 828 - 01/07/2004	2006	Despacho (aprovação de relatório) - 03/04/2006	2008	Portaria nº 1233 - 01/07/2008	n/d	n/d	2015	Decreto Homologação 20/04/2015	n/r	n/r
Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri	1988	Portaria nº 1.528/88	2007	Despacho (aprovação de relatório) - 28/02/2007	2008	Portaria nº 1235 - 01/07/2008	n/d	n/d	n/r ⁽⁴⁾	n/r	n/r	n/r
Terra Indígena Paquiçamba (revisão) ⁽²⁾	2003	Portaria nº 110 - 25/02/2003	2012	Despacho (aprovação de relatório) - 23/10/2012	2014	Portaria nº 904 - 02/06/2014	n/r	n/r	n/r	n/r	n/r	n/r
Área Indígena Paquiçamba (acesso ao reservatório) (aquisição) ⁽³⁾	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/r	n/r
Área Indígena Juruna do Km 17 (aquisição) ⁽³⁾	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/r	n/r

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Áreas protegidas

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna e Terra Indígena Trincheira-Bacajá

Fontes: Diário Oficial da União (DOU) e Instituto Socioambiental (ISA)

Descrição:

Apresenta os anos em que as Terras Indígenas mudaram de etapa no processo de regularização fundiária.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir de pesquisa no site "De Olho nas Terras Indígenas" do Instituto Socioambiental e no Diário Oficial da União. (1) Entrar no site "De olho nas Terras Indígenas" (<http://ti.socioambiental.org/>). (2) buscar pela Terra Indígena desejada. (3) Clicar na aba "Direitos territoriais". (4) anotar as datas de publicação dos processos. (5) buscar publicações no Diário Oficial da União (<http://portal.in.gov.br/>)

Justificativa:

A linha do tempo permite acompanhar os avanços no processo de regularização fundiária das Terras Indígenas

Situação das Unidades de Conservação

Situação das Unidades de Conservação 2015					
Unidade de Conservação	Data de criação	Uso	Área	Jurisdição	Situação jurídica e fundiária
APA Triunfo do Xingu	4/12/2006	Uso sustentável	1.679.280,52	Estadual	Não demarcada fisicamente
ESEC da Terra do Meio	17/2/2005	Proteção integral	3.373.110	Federal	Não demarcada fisicamente
FES do Iriri	4/12/2006	Uso sustentável	440.493	Estadual	Não demarcada fisicamente
FLONA Altamira	2/2/1998	Uso sustentável	724.965,51	Federal	Não demarcada fisicamente
PARNA da Serra do Pardo	17/2/2005	Proteção integral	445.392	Federal	Não demarcada fisicamente
Resex Rio Iriri	5/6/2006	Uso sustentável	398.938	Federal	Não demarcada fisicamente
Resex Rio Xingu	5/6/2008	Uso sustentável	303.841	Federal	Não demarcada fisicamente
Resex Riozinho do Anfrísio	8/11/2004	Uso sustentável	736.340	Federal	Não demarcada fisicamente
Resex Verde para Sempre	8/11/2004	Uso sustentável	1.289.362,78	Federal	Não demarcada fisicamente

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Áreas protegidas

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Socioambiental (ISA)

Palavras-chave: situação fundiária, conservação ambiental, Área de Influência Indireta (AII), Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilância, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

Apresenta a situação das unidades de conservação, de acordo com a data de criação, a forma definida para uso do território, a área, a jurisdição e a situação jurídica e fundiária

Como coletar:

Revisão dos planos de manejo das Unidades de Conservação da região, disponíveis no site do ICMBio [<http://www.icmbio.gov.br/portal/>]. Revisão de publicações e documentos relativos ao monitoramento do desmatamento e degradação florestal produzidos pelo ISA.

Justificativa:

A situação das unidades de conservação deve ser acompanhada a fim de monitorar o cumprimento das etapas de sua instituição, tais como: demarcação, construção do plano de manejo, entre outros.

Qualidade da água no meio urbano e rios/igarapés: DBO, OD, nitrogênio, fósforo e amônia

Não há dados disponíveis.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Qualidade da água para usos múltiplos

Descrição:

Apresenta a classificação da qualidade da água em pontos de coleta nas bacias hidrográficas da região.

Justificativa:

Manter a boa qualidade da água é uma importante maneira de evitar a incidência de doenças, além de contribuir para a preservação do meio ambiente. Acompanhar a informação desta métrica é uma forma de identificar eventuais alterações na qualidade da água nas bacias hidrográficas da região.

Unidades de apoio à fiscalização

Ações pactuadas	Situação em outubro/2015
Unidades de apoio à fiscalização	Quatro unidades de fiscalização foram entregues ao IBAMA pelo empreendedor. Duas delas unidades fixas localizadas nos travessões do Km 27 e do Km 55, que dão acesso aos canteiros da obra. As demais são unidades móveis, trailers equipados para a fiscalização ambiental. O galpão de armazenamento para materiais apreendidos também foi entregue ao IBAMA e já está em operação. Nele produtos e equipamentos apreendidos (madeira em tora, tratores, motosserras, entre outros) aguardam destinação por parte órgão responsável.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Implementação

Indicador: Fortalecimento da fiscalização ambiental

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) e Escritório Regional do IBAMA em Altamira

Palavras-chave: Administração Pública Local, Área de Influência Direta (AID), Município de Altamira, Município de Vitória do Xingu, Município de Brasil Novo, Município de Anapu, Município de Senador José Porfírio, Município de Medicilândia, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Porto de Moz, Município de Gurupá, Município de Uruará e conservação ambiental

Descrição:

Métrica qualitativa apresenta breve descrição do estágio de implementação das unidades de apoio à fiscalização previstas na condicionante 2.21

Como coletar:

Revisão de documentos, entrevistas com atores locais envolvidos no processo de cumprimento da condicionante.

Justificativa:

Acompanhar a implementação das unidades de apoio à fiscalização contribui para o monitoramento das etapas cumprimento da condicionante 2.21

Caracterização dos arranjos institucionais

Ações Pactuadas	Situação em setembro/2015
Apoio à fiscalização ambiental	<p>O acordo de cooperação entre Norte Energia, IBAMA e Governo do Estado do Pará, relacionado à condicionante 2.21, diz respeito ao apoio logístico às ações de fiscalização e apreensões realizadas pelo IBAMA em todo o território do PDRSX. Firmado em maio de 2011, o acordo tem duração de 120 meses podendo ser prorrogado em termo aditivo, prevê a disponibilização de logística para o transporte, armazenagem e destinação de bens apreendidos pelo IBAMA em seus atos de fiscalização. No âmbito da condicionante também está prevista a entrega de dois postos de fiscalização fixos e duas unidades móveis, bem como a construção de um galpão de armazenamento dos bens apreendidos. O apoio às ações municipais de fiscalização ambiental também compõe a condicionante e o empreendedor oferece atualmente suporte ao Município de Senador José Porfírio para a contratação de agentes de fiscalização ambiental.</p>

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Articulação

Indicador: Articulação para a fiscalização ambiental da região

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia, Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) e Escritório Regional do IBAMA em Altamira

Palavras-chave: articulação institucional, Área de Influência Direta (AID), conservação ambiental, Município de Altamira, Município de Anapu, Município de Brasil Novo, Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu, Município de Medicilândia, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Uruará, Município de Gurupá e Município de Porto de Moz

Descrição:

Métrica qualitativa apresenta breve descrição dos principais arranjos institucionais instituídos no âmbito de cumprimento da condicionante.

Como coletar:

Revisão de documentos, entrevistas com atores locais envolvidos no processo de cumprimento da condicionante.

Justificativa:

Diversos são os acordos institucionais estabelecidos em função do cumprimento das condicionantes da UHE. Compreender os principais acordos estabelecidos relacionados à fiscalização ambiental no âmbito da condicionante 2.21, permite identificar as formas de cooperação interinstitucional bem como as competências e responsabilidades assumidas por cada um dos atores envolvidos.

Canais de informação sobre as ações de fiscalização

Situação em Outubro/2015	
Canais de acesso à informação	Não foram identificados canais de acesso à informação sobre as ações de fiscalização ambiental realizadas pelo IBAMA, SEMAS ou prefeituras municipais que disponibilizem dados para os cidadãos. No âmbito do cumprimento da condicionante 2.21, as informações constam nos relatórios semestrais de andamento do PBA e nos pareceres emitidos pelo órgão licenciador (IBAMA), disponíveis na página web deste último.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Controle Social

Indicador: Transparência

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia, Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) e Escritório Regional do IBAMA em Altamira

Palavras-chave: Transparência e acesso à informação, participação social, conservação ambiental, Área de Influência Direta (AID), Município de Altamira, Município de Brasil Novo, Município de Anapu, Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu, Município de Medicilândia, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Uruará, Município de Gurupá, Município de Porto de Moz e Administração Pública Local

Descrição:

Métrica qualitativa apresenta breve descrição sobre os canais de acesso à informação referente à fiscalização ambiental e implementação da condicionante.

Como coletar:

Revisão de documentos, entrevistas com atores locais envolvidos no processo de cumprimento da condicionante.

Justificativa:

A transparência condição para a participação informada da população e instituições locais no processo de licenciamento e implementação de grandes obras. A avaliação da eficácia dos canais de acesso à informação disponíveis pode contribuir para a identificação de seu bom desenvolvimento, gargalos e possível melhoria dos serviços e espaços de informação/orientação à população.

Caracterização dos espaços de acompanhamento

Espaços de acompanhamento	Situação em Outubro/2015
Conselhos Municipais de Meio Ambiente	Os municípios da AID contam com conselhos municipais do meio ambiente, exigência a ser cumprida para que se atinja uma das metas impostas pelo Programa Municípios Verdes. Tais espaços são presididos pelo Secretário municipal de meio ambiente e compostos tanto por representantes do poder público local, representantes de instituições públicas como IBAMA e SEMAS além de representantes da sociedade civil. É um espaço importante para a discussão das estratégias de gestão ambiental no âmbito municipal. De acordo com as secretarias municipais de meio ambiente consultadas debates em torno do cumprimento das condicionantes do empreendimento não fazem parte da pauta dos conselhos.
Fórum de acompanhamento Social - Belo Monte	O Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte - FASBM - foi mencionado pelo empreendedor como um espaço importante para a divulgação de informações sobre o andamento do Programa de Gestão Ambiental do PBA. A Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos (CMFB) que acompanha os programas ambientais foi criada em 2011 e até janeiro de 2015 reuniu-se 7 vezes.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Controle Social

Indicador: Envolvimento de espaços de participação na implementação/acompanhamento das ações de fiscalização

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia, Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) do Pará – Unidade Regional Xingu em Altamira e Secretaria municipal de meio ambiente de Brasil Novo

Palavras-chave: conservação ambiental, Transparência e acesso à informação, Administração Pública Local, participação social, Município de Altamira, Área de Influência Direta (AID), Município de Brasil Novo, Município de Anapu, Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu, Município de Medicilândia, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Gurupá, Município de Porto de Moz e Município de Uruará

Descrição:

Métrica qualitativa, apresenta breve análise dos espaços de acompanhamento e de participação para a gestão ambiental no âmbito municipal.

Como coletar:

Revisão de documentos, entrevistas com atores locais envolvidos no processo de cumprimento da condicionante.

Justificativa:

A eficácia dos espaços de acompanhamento relacionados à fiscalização e gestão ambiental deve ser monitorada uma vez que estes espaços exercem importante função como instrumentos controle social, ao permitir informação e participação de cidadãos e instituições diversas nas discussões e decisões sobre a gestão ambiental municipal.

Iniciativa de pagamento por serviços ambientais

Iniciativas de pagamento por serviços ambientais

Iniciativa: Pagamento por Serviços Ambientais – IPAM

Beneficiários: 350 produtores

Local: Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio

A iniciativa de Pagamento por Serviços Ambientais realizada pelo Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM) é a mais expressiva atualmente na região do PDRSX. As famílias beneficiadas se dividem em grupos comunitários e têm como atividades principais a agricultura de corte e queima e a pecuária extensiva. O projeto tem como premissa uma abordagem integrada, associando conservação da floresta à readequação produtiva, e traz como um dos objetivos o aumento da rentabilidade das áreas de cultivo já existentes, afim de evitar o avanço sobre a floresta para abertura de novas áreas. A área média dos lotes é 90 ha e destes ao menos 50% devem destinar-se à cobertura florestal. A iniciativa também inclui assistência técnica para implementação de atividades produtivas, manutenção das Áreas de Proteção Permanentes (APPs) e da cobertura florestal nas propriedades. A quantia paga para as famílias é de R\$140,00 por mês e destes, 30% são referentes à manutenção e ampliação da Cobertura Florestal, outros 30% referentes às APPs e os 40% restantes ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas. O projeto iniciado no ano de 2013 terá 5 anos de duração e ao final pretende-se que os agricultores obtenham renda das atividades desenvolvidas na propriedade e continuem conservando a floresta.

Iniciativa: Bolsa Verde – ICMBio/MMA

Beneficiários: 10 famílias

Local: Resex Riozinho do Anfrísio e Resex Rio Iriri

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em 2011 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), integra o Programa Brasil sem Miséria e prevê o repasse de R\$300,00 a cada trimestre às famílias em situação de extrema pobreza residentes em áreas prioritárias para conservação ambiental. O benefício, com duração de 2 anos, pode ser renovado e sua manutenção está condicionada à realização de atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flonas), Reservas de Desenvolvimento Sustentável Federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Pagamento por serviços ambientais

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM e Ministério do Meio Ambiente - MMA

Descrição:

Métrica qualitativa, apresenta breve descrição as principais iniciativas de PSA identificadas na região do PDRSX.

Como coletar:

Leitura de documentos e entrevistas com atores locais.

Justificativa:

A região do PDRSX conta com expressiva cobertura vegetal florestada. A manutenção da floresta é um desafio para diversos atores e interesses. Muitos são os esforços para o controle do desmatamento na região. Acredita-se que Programas de PSA possam surtir efeitos positivos na conservação de ecossistemas florestais. Identificar os programas em curso e monitorar o número de beneficiários contribui para o dimensionamento e planejamento das ações no âmbito da conservação ambiental na região.

Número de autuações ambientais por tipo

Notificações

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Multas

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Embargo

'undefined' is not a function ✖

Loading...

Número de autuações ambientais por tipo

Altamira

	2014	2015
Notificações	ND	970
Multas	ND	122
Embargo	ND	37

Brasil Novo

	2014	2015
Notificações	278	236
Multas	ND	ND
Embargo	ND	ND

Senador José Porfírio

	2014	2015
Notificações	ND	30
Multas	ND	ND
Embargo	ND	1

Vitória do Xingu

	2014	2015
Notificações	ND	1
Multas	ND	1
Embargo	ND	ND

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Fiscalização Ambiental

Indicador: Operações de fiscalização ambiental

Cobertura: Altamira, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu

Fontes: Secretaria municipal de meio ambiente de Brasil Novo , Secretaria de meio ambiente e turismo de Altamira (SEMAT) , Secretaria de meio ambiente e turismo de Senador José Porfírio (SEMAT) e Secretaria de meio ambiente e turismo de Vitória do Xingu (SEMAT)

Palavras-chave: Administração Pública Local, Área de Influência Direta (AID), Município de Altamira, Município de Brasil Novo, Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu e conservação ambiental

Descrição:

Apresenta o número de autuações por tipo, realizadas pelas prefeituras municipais da Área de Influência Direta da UHE Belo Monte.

Observações:

ND: Não Disponível

Como coletar:

Entrar em contato com as secretarias municipais de meio ambiente.

Justificativa:

Monitorar o número de autuações realizadas pelas secretarias municipais de meio ambiente contribui para avaliação de sua capacidade de realização da fiscalização ambiental. Pode ser um elemento importante para avaliação da efetividade do processo de descentralização da gestão ambiental.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: Em número de autuações

Número de autuações por desmatamento e queimadas ilegais

Não há dados disponíveis.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Fiscalização Ambiental

Indicador: Operações de fiscalização ambiental

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Descrição:

Métrica apresenta o número de autuações por desmatamento e queimadas ilegais por município do PDRSX.

Justificativa:

Acompanhar o número de autuações realizadas pelos órgãos ambientais contribui na avaliação da efetividade das políticas de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na região do PDRSX.

Volume de madeira ilegal apreendida e destinação

Não há dados disponíveis.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Fiscalização Ambiental

Indicador: Operações de fiscalização ambiental

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Descrição:

Apresenta o volume de madeira apreendida em operações de fiscalização ambiental, bem como sua destinação.

Justificativa:

Monitorar o volume total de madeira ilegal apreendida pelos órgãos ambientais em operações de fiscalização, possibilita a avaliação da efetividade das políticas de contenção do desmatamento e fiscalização ambiental na região. Permite também dimensionar a quantidade de madeira ilegal retirada das áreas florestadas dos municípios.

Número e região dos acordos de pesca

Não há dados disponíveis.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Fiscalização Ambiental

Indicador: Acordos de pesca

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Descrição:

Métrica qualitativa apresenta breve caracterização dos acordos de pesca por região do Xingu e Iriri.

Justificativa:

Os acordos de pesca são instrumentos importantes para monitoramento e controle da pesca predatória, comumente construídos de forma coletiva com o envolvimento de pescadores, colônia de pesca, cooperativas e associações. A existência destes acordos pode indicar a complexidade da organização dos pescadores e envolvimento destes no controle da atividade pesqueira.

Caracterização dos programas/projetos

Não há dados disponíveis.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Programas e Projetos de Conservação

Indicador: Programas de conservação e uso sustentável da fauna e flora

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Descrição:

Métrica qualitativa apresenta breve caracterização dos programas e projetos de conservação atualmente em atividade na região do PDRSX.

Justificativa:

Monitorar os programas e projetos de conservação ambiental contribui para o dimensionamento dos esforços voltados à conservação na região.

Presença/ausência de espécies que indicam qualidade ambiental

Não há dados disponíveis.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Conservação Ambiental

Indicador: Biodiversidade

Descrição:

Métrica demonstra a presença de espécies animais e vegetais, que indicam qualidade ambiental, em ecossistemas terrestres e aquáticos da Volta Grande do Xingu.

Como coletar:

Sugere-se como uma forma de coleta de dados o acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental previsto no PBA da UHE Belo Monte.

Justificativa:

A métrica contribui para o monitoramento de espécies indicadoras de qualidade ambiental na região da Volta Grande do Xingu, sendo esta uma forma de acompanhar as transformações ambientais sofridas na região a partir da implantação da UHE Belo Monte.